



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 17/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

Em 6 de dezembro de 2017, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 96/XIII/3.<sup>a</sup> (GOV) – Altera o Código de Processo Penal permitindo a notificação eletrónica de advogados e defensores oficiosos;**
4. **Apreciação e votação do parecer sobre o relatório de progresso referente à regulamentação das leis (leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas) tramitadas na Comissão de Assuntos Constitucionais e aprovadas no período da IX ao final da XIII Legislaturas (5 de Abril de 2002 a 14 de setembro de 2017);  
Relator: Deputado António Filipe (PCP)**
5. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para envio ao Parlamento do relatório intitulado "Complexo de Incêndios ocorridos em Pedrógão Grande e concelhos limítrofes";**
6. **Admissão e distribuição de petições;**
7. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições cujo prazo de apreciação se encontra ultrapassado, designadamente da Petição n.º 230/XIII/2.<sup>a</sup> - Recomenda a inclusão do Direito à Memória e do Direito ao Afeto na Constituição da República Portuguesa;  
Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**
8. **Apreciação e votação do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2018 - Programa para uma Europa mais unida, mais forte e mais democrática [COM (2017) 650];  
Relatora: Deputada Susana Amador (PS)**
9. **Apreciação e votação do relatório da COM(2017)571 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera as normas do Regulamento (UE) 2016/399 aplicáveis à reintrodução temporária do controlo nas fronteiras internas;  
Relator: Deputado Fernando Negrão (PSD)**
10. **Apresentação do relatório de participação da Assembleia da República na reunião interparlamentar constituinte do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol (Parlamento Europeu, Bruxelas, 9 e 10 de outubro de 2017) - Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD) e Vânia Dias da Silva (CDS/PP);**
11. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
12. **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, foram comunicadas e distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

### PROJETOS DE LEI

Aprovada a 04-01-2018

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 17/XIII/ 3.ª SL

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PJL 654/XIII/3.ª (PAN)	<a href="#">Altera a moldura penal relativa ao crime de incêndio florestal</a>	Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP)
PJL 656/XIII/3.ª (PAN)	<a href="#">Inclui o crime de incêndio florestal no elenco dos "crimes de investigação prioritária"</a>	Deputado Filipe Neto Brandão (PS)
PJL 672/XIII/3.ª (PAN)	<a href="#">Estabelece a integração dos médicos-veterinários municipais como agentes de proteção civil e cria uma equipa de salvação e resgate animal</a>	----- obs: competente a 7.ª Comissão (CAM) em conexão com a 1.ª Comissão
PJL 675/XIII/3.ª (BE)	<a href="#">Altera a Lei que define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2017 -2019, considerando o crime de incêndio florestal como crime de investigação prioritária</a>	Deputado Filipe Neto Brandão (PS)

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	ASSUNTO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
PJR 1152/XIII/3.ª (BE)	<a href="#">Recomenda a adoção de medidas no âmbito do plano de ação da década internacional de afrodescendentes</a>	Discussão em Plenário

Em seguida, procedeu-se à comunicação das seguintes iniciativas europeias:

Título do documento	Deputado relator	Prazo
<a href="#">COM(2017)671</a> - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU Relatório sobre a aplicação da Recomendação da Comissão relativa ao reforço do princípio da igualdade de remuneração entre homens e mulheres através da transparência	Deliberado não escrutinar	NA
<a href="#">COM(2017)678</a> - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU Plano de ação da UE para 2017-2019 Colmatar as disparidades salariais entre homens e mulheres	Deliberado não escrutinar	NA



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 17/XIII/ 3.ª SL

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, que consistia na discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 96/XIII/3.ª (GOV) – Altera o Código de Processo Penal permitindo a notificação eletrónica de advogados e defensores oficiosos, o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) começou por usar da palavra para apresentar a proposta de alteração do PSD relativa ao n.º 12 do artigo 113.º do Código de Processo Penal, explicitando que tal alteração se prendia com uma questão de uniformização de redação, procurando adotar exatamente a redação do n.º 2 do mesmo artigo 113.º, em nome da unidade e da harmonização sistemática da contagem dos prazos. Perante tal explicitação, o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) apelou a que os proponentes retirassem a proposta de alteração, uma vez que a redação da proposta de lei reproduzia a do Código de Processo Civil, em matéria de citações por via eletrónica. Já o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) chamou a atenção de que não estava em causa uma questão de mera redação, porque as disposições eram diferentes e determinavam uma diferente forma de contagem do prazo, tendo o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) acrescentado que a intenção do PSD era a de consagrar uma redação igual nos n.ºs 2 e 12 do mesmo artigo 133.º do CPP – citações postais e citações por via eletrónica.

Face às dúvidas suscitadas, e para melhor ponderação, o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) requereu o adiamento da discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 96/XIII/3.ª.

No ponto seguinte da ordem do dia, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) apresentou o parecer sobre o relatório de progresso referente à regulamentação das leis (leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas) tramitadas na Comissão de Assuntos Constitucionais e aprovadas no período da IX ao final da XIII Legislaturas (5 de Abril de 2002 a 14 de setembro de 2017). No debate que se seguiu, intervieram, além do Senhor Presidente, os Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim e Luís Marques Guedes (PSD) e Jorge Lação (PS).

O Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) felicitou o relator pelo relatório apresentado e deu nota de que, no dia anterior, fora publicada a regulamentação da lei relativa à matéria da proteção de dados, observação que o Senhor Deputado António



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 17/XIII/ 3.ª SL

Filipe (PCP) agradeceu, tendo acrescentado que iria introduzir uma pequena adenda no relatório para referir a publicação da regulamentação mencionada.

O Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) colocou a questão, para consideração e reflexão, de também poder ser elaborado um relatório de progresso referente às resoluções aprovadas pela Assembleia da República - recomendações ao Governo, quase todas com conteúdo normativo -, na medida em que não existia qualquer controlo ou acompanhamento da sequência regulamentar ou normativa por parte do Governo, situação que desprestigiava a Assembleia da República. Em resposta, o Senhor Deputado António (PCP) recordou que tem havido um certo abuso no recurso à figura “resolução” (não vinculativa), tratando-se muitas vezes de deliberações sem qualquer eficácia resolutiva ou normativa, e que, para além disso, não tem havido muito cuidado na uniformização dos textos (muitos são contraditórios nos seus termos).

Sobre esta questão, o Senhor Presidente disponibilizou-se a suscitar em sede de Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares o tema das resoluções da AR, propondo, designadamente, a elaboração de um relatório de progresso referente às resoluções aprovadas pela Assembleia da República, à semelhança daquele que já se fazia sobre a regulamentação das leis (leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas), bem como o problema da abundância de resoluções da AR, muitas repetitivas, não coincidentes ou contraditórias nos seus termos.

O Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) expressou querer ir mais longe na reflexão crítica em relação ao que se passava com as resoluções da AR, nomeadamente em matéria de redação final das mesmas, em que a redação conciliatória dos conteúdos dessas resoluções ficava a cargo dos serviços (uma vez aprovadas, não existe a fase da especialidade). Perante tal, a sua proposta era a de que fosse tida em consideração a aprovação de uma regulamentação do procedimento de votação devidamente especificado para as resoluções, sugestão que gostaria que também fosse suscitada em sede de Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares.

No final, submetido a votação, o parecer sobre o relatório de progresso referente à regulamentação das leis foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 17/XIII/ 3.ª SL**

No quinto ponto da ordem de trabalhos, foi apresentado pela Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) o requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP, solicitando o envio ao Parlamento do relatório intitulado "Complexo de Incêndios ocorridos em Pedrógão Grande e concelhos limítrofes". A oradora insurgiu-se quanto ao facto de o Parlamento, que tem como função fiscalizar a atuação do Governo, não ter tido conhecimento do mesmo e ter sido necessária a apresentação de um requerimento pelo CDS-PP a exigí-lo. Explicitou, ainda, que o Governo deveria disponibilizar o relatório na forma que bem entendesse (expurgado ou não dos elementos nominativos).

No debate que se seguiu, o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) disse concordar com o requerido e informou que o Grupo Parlamentar do PSD apresentara um requerimento escrito ao Governo no mesmo sentido. Também o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) concordou com o envio do referido relatório ao Parlamento, solicitando ao Senhor Presidente que diligenciasse quanto ao modo de o concretizar, tendo o Senhor Presidente comunicado que iria desencadear as diligências adequadas para o efeito.

No final, submetido a votação, o requerimento do CDS-PP foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No sexto ponto, colocou-se de novo a questão da admissibilidade das seguintes 10 petições (com tramitação num único processo dada a identidade do objeto):

<a href="#">403/XIII/3</a>	João António Correia Martins	<a href="#">Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.</a>
<a href="#">404/XIII/3</a>	Emanuel Pestana	<a href="#">Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.</a>
<a href="#">409/XIII/3</a>	David Brás Ribeiro Andrade	<a href="#">Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.</a>
<a href="#">412/XIII/3</a>	Emanuel Franclim Paiva do Souto	<a href="#">Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.</a>
<a href="#">413/XIII/3</a>	Vítor Bruno Marques Ferreira	<a href="#">Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.</a>
<a href="#">417/XIII/3</a>	Sara Filipa Rodrigues Dionísio	<a href="#">Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.</a>
<a href="#">421/XIII/3</a>	Daniel Castro Silva	<a href="#">Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.</a>
<a href="#">422/XIII/3</a>	Diogo Manuel Ferreira Vencá	<a href="#">Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.</a>
<a href="#">423/XIII/3</a>	Diogo Rosa Ferreira	<a href="#">Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.</a>
<a href="#">424/XIII/3</a>	Mónica Catarina Ferreira Lopes	<a href="#">Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.</a>



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 17/XIII/ 3.ª SL

O Senhor Presidente recordou que na anterior reunião haviam sido suscitadas dúvidas sobre a eventual ilegalidade das mesmas, o que implicaria a sua não admissão.

O Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) declarou que o Grupo Parlamentar do PSD mantinha a posição no sentido do indeferimento liminar das petições por entender que a Assembleia da República não era o órgão competente para legislar sobre a criação de uma carreira específica e que, portanto, as petições eram ilegais.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) disse que o seu Grupo Parlamentar não acompanhava a visão restritiva das competências da Assembleia da República que o Deputado do PSD expressara, pelo que iria votar favoravelmente a admissão das petições, sem que houvesse lugar à nomeação de Deputado relator.

O Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) esclareceu que, para apurar da admissão ou não de petições, havia que distinguir entre petições com objeto constitucional impossível e petições com viabilidade de ponderação, ainda que a competência dessa ponderação não coubesse à AR, que era manifestamente o caso. E – acrescentou –, se a Assembleia aprovava resoluções sobre toda e qualquer matéria, não fazia sentido que não pudesse emitir opinião a propósito de uma qualquer matéria apresentada numa petição, razão pela qual o Grupo Parlamentar do PS iria votar favoravelmente a admissão da petição, mas sem lugar a nomeação de Deputado relator.

No final, submetidas a votação, as petições identificadas foram admitidas, com votos a favor do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP e votos contra do PSD. Mais se deliberou no sentido da não nomeação de Deputado relator, devendo a nota de admissibilidade ser convolada em relatório final, assinado pelo Presidente, decorridos 30 dias da data da admissão.

Procedeu-se ao adiamento do sétimo ponto, que consistia na apresentação do relatório final da Petição n.º 230/XIII/2.ª - Recomenda a inclusão do Direito à Memória e do Direito ao Afeto na Constituição da República Portuguesa, por não se encontrar presente o respetivo relator, Deputado Pedro Delgado Alves (PS).

No oitavo ponto da ordem de trabalhos, precedeu-se à apreciação do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2018 - Programa para uma Europa



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 17/XIII/ 3.ª SL

mais unida, mais forte e mais democrática [COM (2017) 650], que foi apresentado pela respetiva relatora, a Deputada Susana Amador (PS). Após uma breve intervenção do Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD), o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP e do PEV.

Seguiu-se a apreciação do relatório da Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera as normas do Regulamento (UE) 2016/399 aplicáveis à reintrodução temporária do controlo nas fronteiras internas [COM(2017)571], que foi apresentado pelo respetivo relator, o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD). No debate intervieram os Senhores Deputados Jorge Lacão (PS) e José Manuel Pureza (BE) e, no final, o relatório foi submetido a votação e aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do PCP e a abstenção do BE, registando-se as ausências do CDS-PP e do PEV.

No décimo ponto da ordem do dia, procedeu-se ao adiamento, para a reunião seguinte, da apresentação do relatório de participação da Assembleia da República na reunião interparlamentar constituinte do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol (Parlamento Europeu, Bruxelas, 9 e 10 de outubro de 2017), a pedido dos respetivos Deputados relatores.

Não havendo lugar à apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O registo áudio da reunião poderá ser consultado [aqui](#).

Palácio de São Bento, 6 de dezembro de 2017

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(Bacelas de Vasconcelos)**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 17/XIII/ 3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
António Gameiro  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Carlos Peixoto  
Fernando Anastácio  
Fernando Negrão  
Fernando Rocha Andrade  
Filipe Neto Brandão  
Isabel Alves Moreira  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Paulo Rios de Oliveira  
Sandra Cunha  
Telmo Correia  
Teresa Moraes  
Vânia Dias da Silva  
Jorge Lacão  
Maria Adelaide Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
Elza Pais  
Sara Madruga da Costa

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira  
Pedro Delgado Alves